



RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P

Demonstrações Financeiras

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2024

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024



ÍNDICE

	<u>Páginas</u>
Declaração de Responsabilidade pelo Conselho de Administração	1
Relatório do Auditor Independente	2 – 4
Balanço	5
Demonstração dos Resultados	6
Demonstração de Alterações no Capital Próprio	7
Demonstração de Fluxos de Caixa	8
Notas às Demonstrações Financeiras	9 – 28

RDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024



Declaração de Responsabilidade dos Administradores

Os administradores da Rádio Moçambique, E.P, são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da entidade de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), que compreendem o Balanço, em 31 de Dezembro de 2024, a demonstração de resultados, a demonstração de variações de capital próprio, e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas.

Esta responsabilidade inclui: concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro; a selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas e o apuramento de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Os administradores são ainda responsáveis pela manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Rádio Moçambique, E.P tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para questionar a adopção deste pressuposto.

Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras da Rádio Moçambique, E.P., conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em _____ de Maio de 2025 e vão assinadas em seu nome, por:


Abdul Nguibo Abdula
Presidente do Conselho de Administração


Alice Da Conceição Gove Amade
Administradora Financeira

Aos Membros do Conselho de Administração da
Rádio Moçambique, E.P.
Maputo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Rádio Moçambique, E.P.** (a Empresa), apresentadas nas páginas 5 a 30, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2024, a Demonstração de resultados, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, bem como as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Rádio Moçambique, E.P. em 31 de Dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF).

Base de opinião com reservas

A semelhança dos anos anteriores não nos foi apresentada a base de informações a partir da qual a empresa Electricidade de Moçambique, E.P. determina os valores da taxa de radiodifusão cobrada através das facturas de consumo de energia eléctrica e que transfere para a Rádio Moçambique, E.P. através do Ministério de Economia e Finanças, e que serve igualmente de base de registos contabilísticos cujo montante ascende a 410,432,227 Meticais. A nossa análise limitou-se na verificação dos recebimentos, e deste modo, não nos é possível concluir quanto a exactidão e totalidade destes registos nas demonstrações financeiras.

Não nos foi apresentado o relatório de avaliação dos activos tangíveis da empresa cujo saldo a data do balanço ascende a 414,373,481 Meticais. O procedimento da empresa é reavaliar os seus activos em cada cinco (5) anos e de acordo com este procedimento o impacto da última reavaliação terminou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, deste modo, não nos é possível aferir a razoabilidade dos valores reportados nas demonstrações financeiras, bem como as amortizações e reintegrações feitas na base de activos tangíveis não reavaliados.

No mês de Outubro de 2024, foi efectuado um pagamento no montante de 8,154,800 Meticais, à Tiyeka Computer E.I, para fornecimento de equipamento informático, nomeadamente 74 computadores HP i7, para uso na cobertura das eleições gerais de Outubro de 2024. Esta aquisição apresenta um série de irregularidades nomeadamente (i) não foi antecedida de um processo de pesquisa de mercado; (ii) não existe qualquer garantia real de fornecimentos dos bens e/ou recuperação do valor pago; (iii) 64 computadores, equivalentes a 7,052,800 Meticais não foram recebidos pela Rádio Moçambique embora tenham sido incluídos no mapa de imobilizado; e (iv) o pagamento foi efectuado contrariando a autorização superior, que determinava que a DAQ deveria garantir a recepção do equipamento antes do pagamento.

Independência

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), órgão da IFAC – *International Federation of Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Outras matérias

A Empresa apresenta capitais próprios negativos de 1,850,388,839 Meticais em 31 de Dezembro de 2024, embora o objecto da Rádio Moçambique, E.P seja de prestar um serviço público, mas porque as suas demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os princípios previstos no Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), nas condições em que as demonstrações financeiras se encontram não cumprem com o princípio de continuidade das suas operações, estando dependente do contínuo suporte ou financiamento do orçamento do Estado através do Ministério de Economia e Finanças ou ainda contratar a transferência de responsabilidade com pagamento de pensões às entidades relevantes do sistema de seguro social ou seguro de ramo vida.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), e pelo controlo interno que ela determine ser necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidade do Auditor pela Auditor das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos cepticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pela Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade de Empresa continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do



nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que a Empresa descontinue as operações.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos à Administração, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

ACCA MOÇAMBIQUE LDA, Firma de Auditores Independentes

Representado por:


ACCA
Moçambique, lda
Contabilidade • Auditoria
Impostos • Consultoria

Emídio Chissano (Auditor Certificado nº 113/OCAM/CA/2024)

Sócio

Maputo – Moçambique

____ de Maio de 2025

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P**Balanço**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em Meticais)



	Notas	2024	2023
Activos			
Activos não correntes		415,469,651	433,047,476
Activos tangíveis	8	414,373,481	431,722,431
Activos intangíveis	9	496,170	725,045
Investimento financeiro	10	600,000	600,000
Activos correntes		228,512,761	162,382,423
Clientes	11	23,646,797	25,827,970
Outros activos financeiros	12	1,583,016	505,404
Outros activos correntes	13	55,812,808	51,837,014
Caixa e equivalentes de caixa	14	147,470,140	84,212,035
Total do activo		643,982,412	595,429,899
Capital próprio e passivo			
Capital próprio	15	(1,850,388,839)	(812,915,241)
Capital social		121,999,382	121,999,382
Prestações suplementares		94,476,052	-
Reservas		217,576,522	208,723,723
Resultados transitados		(1,194,870,777)	(1,320,693,473)
Resultado líquido do período		(1,089,570,018)	177,055,127
Passivos não correntes		1,634,461,976	759,548,001
Provisões	16	1,634,461,976	759,548,001
Passivos correntes		859,909,275	648,797,140
Provisões	16	394,857,971	183,330,524
Fornecedores	17,32	228,990,485	267,305,534
Outros passivos financeiros	18	1,939,648	2,012,334
Impostos a pagar	19	195,117,209	137,109,058
Outras contas a pagar	20	39,003,962	59,039,689
Total do passivo			1,408,345,140
Total do passivo e capital próprio		643,982,412	595,429,899

Alice Da Conceição Gove Amade
Administradora FinanceiraManuel F. Muchanga
Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P
Demonstração de Resultados

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em Meticais)



	Notas	2024	2023
Venda de bens e prestação de serviços	21	111,831,641	106,228,412
Custos com o pessoal	22	(630,191,688)	(549,526,228)
Fornecimentos e serviços de terceiros	23,32	(205,169,038)	(189,259,142)
Amortizações do exercício	8	(47,304,281)	(49,398,577)
Perdas por imparidades do período	11	(7,273,110)	(5,664,353)
Provisões	16	(1,242,339,231)	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	24	932,946,523	865,991,005
Resultado operacional		(1,087,499,184)	178,371,118
Rendimentos financeiros	25	47,860	66,379
Gastos financeiros	26	(2,118,694)	(1,382,369)
Resultado antes de imposto		(1,089,570,018)	177,055,127
Imposto sobre o rendimento	27	-	-
Resultado líquido do exercício		(1,089,570,018)	177,055,127



Alice Da Conceição Gove Amade
Administradora Financeira

Manuel F. Muchanga
Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Demonstração de Alteração no Capital Próprio

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em Meticals)

	Capital social	Prestações Suplementares	Reservas	Resultado do período	Resultados acumulados	Total
1 de Janeiro de 2023	121,999,382	-	208,723,723	70,868,102	(1,391,561,574)	(989,970,367)
Transferências	-	-	-	(70,868,102)	70,868,102	-
Resultado líquido do período	-	-	-	177,055,127	-	177,055,127
31 de Dezembro de 2023	121,999,382	-	208,723,723	177,055,127	(1,320,693,472)	(812,915,240)
Aplicação de resultados	-	-	8,852,799	(8,852,799)	168,202,328	-
Transferências	-	-	-	(168,202,328)	(42,379,634)	-
Ajustamentos	-	94,476,052	-	-	-	52,096,418
Resultado líquido do período	-	-	-	(1,089,570,017)	-	(1,089,570,017)
31 de Dezembro de 2024	121,999,382	94,476,052	217,576,522	(1,089,570,017)	(1,194,870,778)	(1,850,388,839)



Alice Da Conceição Gove Amade
Administradora Financeira

Mamuel F. Muchanga

Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P**Demonstração de Fluxos de Caixa**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em Meticais)



Fluxos de caixa das actividades operacionais	Notas	2024	2023
Resultado líquido do exercício		(1,089,570,018)	177 055 127
<u>Ajustamentos relativos a:</u>			
Amortizações do exercício	8	47,304,281	49 398 576
Imparidades do período	11	7 273 110	5.664,353
Juros e similares (líquido)	26,27	2 070 834	1,315,991
Provisões	16	1,086,441,422	(209,508,880)
Redução / (Aumento) de clientes	11	(5 091 937)	(4,603,146)
Redução / (Aumento) de outros activos financeiros	12	(1 077 612)	1,125,376
Redução / (Aumento) de outros activos correntes	13	(3 975 794)	4,737,880
(Redução) / Aumento de fornecedores	17,33	(38 315 049)	35,216,028
Redução de outros passivos financeiros	19	(72 686)	(1,395,560)
Aumento de outras contas a pagar	20,21	37 972 424	35,303,875
Fluxo de caixa gerado nas actividades operacionais		42 958 975	94,309,620
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Ajustamento em fundos próprios		52 096 418	-
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	8,9	(29 726 454)	(67,771,701)
Fluxo de caixa usado das actividades de investimento		22 369 964	(67,771,701)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Juros e ganhos similares		47,860	66,379
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Juros e perdas similares		(2,118,694)	(1,382,369)
Fluxo de caixa usado nas actividades de financiamento		(2,070,834)	(1,315,991)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		63,258,105	25,221,928
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		84,212,035	58,990,107
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	14	147,470,140	84,212,035

Alice Da Conceição Gove Amade
Administradora Financeira

Manuel F. Muchanga
Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Notas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em Meticais)



IDENTIFICAÇÃO

Designação da entidade:	Rádio Moçambique, EP
Sede:	Rua da Rádio nº2
Natureza da actividade:	Prestação de serviços públicos de radiodifusão sonora bem como as respectivas actividades subsidiárias, complementares e de natureza comercial
Data de constituição:	02 de Outubro de 1975
Número único da entidade legal:	Decreto no.16/75; Decreto 18/94
Designação da empresa:	Rádio Moçambique, EP
Sede da empresa:	Maputo – Moçambique
Conselho de Administração:	Abdul Naguibo Abdula (Presidente do conselho de administração) Alice Da Conceição Gove Amade (Administradora) Sandra Carolina António Mourana (Administradora) Arão Alfredo Cuambe (Administrador) José da Fonseca Bolacha (Administrador)

1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2024, foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). Na preparação das demonstrações financeiras, foram igualmente seguidos os princípios de acréscimos e da continuidade das operações.

2. Mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas na base do custo histórico, exceptuando alguns activos fixos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados ao justo valor.

3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional da empresa. Toda a informação financeira apresentada em Meticais foi arredondada para a unidade do Metical mais próxima.

4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gerência faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas e dos valores reportados em activos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir



destas estimativas. As estimativas são efectuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões às estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista e em todos os períodos futuros que a revisão vier a afectar.

4.1 Imparidade de clientes e contas a receber

A Empresa reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir a necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais, nomeadamente para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas baseiam-se em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas. O Conselho de administração da Rádio Moçambique é da opinião que, a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma razoável o risco associado à sua carteira de clientes.

4.2 Estimativa de vida útil e valores residuais

O gasto relativo às amortizações do período é obtido depois da determinação da vida útil esperada e do valor residual esperado de um activo. O aumento da vida útil e do valor residual estimado resultaria num gasto de amortizações reduzido na demonstração de resultados. A estimativa da vida útil é baseada em certos indicadores tais como a experiência histórica com activos similares bem como a antecipação de eventos futuros, os quais podem afectar a sua vida, tais como as mudanças na tecnologia. A vida útil dependerá também do futuro desempenho dos activos assim como do julgamento da Administração sobre o período ao longo do qual os benefícios económicos serão obtidos do activo. A administração da Empresa avalia continuamente as estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis.

4.3 Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

A administração efectua um teste anual de imparidade para os activos tangíveis e intangíveis sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que a sua quantia escriturada excede o valor recuperável. O teste de imparidade é uma área que envolve o julgamento da Administração, exigindo uma avaliação sobre se o valor escriturado dos activos pode ser suportado pelo montante mais alto entre o justo valor menos custos para vender e o valor de uso. A Empresa usa entidades externas com o conhecimento necessário para determinar o justo valor menos custos para vender dos seus activos.

5. Principais políticas contabilísticas

5.1 Benefícios dos empregados

As responsabilidades da Rádio Moçambique, EP por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas anualmente com base em avaliações actuariais, levadas a cabo por peritos independentes. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e pensões, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa da Rádio Moçambique, EP e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Devido à natureza de longo prazo destes planos, tais estimativas estão sujeitas a uma incerteza significativa.

As contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), um plano de contribuição definida que todas as empresas moçambicanas são, por lei, obrigadas a fazer, são baseadas numa percentagem dos salários e são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados conforme forem incorridas.

5.2 Provisões

Princípio geral

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Notas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em Meticais)



As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Rádio Moçambique, E.P têm uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que a empresa prevê obter de um contrato são inferiores ao custo que a empresa irá, inevitavelmente, incorrer para cumprir as suas obrigações ao abrigo desse contrato. A provisão é medida tomando-se como base o valor actual do custo mais baixo previsto para terminar o contrato e o custo líquido previsto para continuar o contrato. Antes de uma provisão ser constituída, a empresa reconhece todas as perdas por imparidade nos activos associados a esse contrato.

5.3 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado de acordo com a legislação fiscal em vigor (A taxa em vigor são 32%), tomando-se por base os resultados reportados na demonstração de resultados da empresa após ajustamento para efeitos fiscais e é reconhecido em resultados. O imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas legisladas ou substantivamente legisladas à data das demonstrações financeiras, incluindo quaisquer ajustamentos de períodos anteriores.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido usando o método do balanço em resultado de diferenças temporárias tributáveis entre as quantias escrituradas dos activos e passivos para propósitos de relato financeiro e os valores dos activos e passivos usados para efeitos fiscais.

5.4 Moedas estrangeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, as transacções em moedas estrangeiras são registadas, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção. No final de cada período de relato, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Os itens não monetários mensurados ao justo valor em moeda estrangeira são convertidos ao câmbio da data em que o justo valor tiver sido determinado. Os itens não monetários mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira não são reconvertidos.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados.

5.5 Rédito

Todo o rédito da empresa provém da prestação de serviços.

- Rédito é reconhecido quando o desfecho das transacções pode ser adequadamente estimado e quando é provável que os benefícios económicos associados à transacção irão fluir para a empresa;
- Os proveitos são reconhecidos nos períodos contabilísticos em que os serviços são prestados. O reconhecimento do



proveito nesta base proporciona informação útil sobre a extensão da actividade de serviço e desempenho durante um período;

- Os critérios de reconhecimento de rédito são aplicados separadamente a cada transacção;
- O Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber;
- Quando há um deferimento a diferença entre o valor nominal e o justo valor é reconhecida como juro.

Reconhecimento do Rédito

Serviço de Publicidade

A receita representa o valor a receber pelos serviços prestados no decurso normal do negócio, líquido de IVA e são reconhecidos na base do princípio de especialização de exercícios.

Dotação do Orçamento Geral do Estado

A receita representa valores transferidos pelo Ministério das Finanças para financiar o serviço público de radiodifusão e são reconhecidas na base de caixa.

Taxa de Rádio

A receita representa valores transferidos pela Direcção Nacional do Tesouro para a Rádio de Moçambique, referente a taxa de rádio e valores cobrados pela Rádio Moçambique e são reconhecidas na base do princípio de especialização de exercícios.

Receita de Juro

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juro efectiva.

5.6 Custo de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que ocorrerem.

Os custos resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos tangíveis são imputados a activos fixos tangíveis em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos, até à entrada em funcionamento dos mesmos, sendo os restantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos directamente relacionados com o financiamento de activos fixos tangíveis em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

5.7 Subsídios Governamentais

Os subsídios do Governo, incluindo subsídios não-monetários são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe segurança razoável de que:

- os subsídios serão recebidos; e
- que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

5.8 Activos tangíveis

São reconhecidos como activos tangíveis itens tangíveis que:

- i. Sejam detidos para uso na actividade principal da empresa (prestação de serviço público de radiodifusão);

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Notas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em Meticais)



- ii. Se espera que sejam usados durante mais do que um período.

O custo de um item de activo tangível é reconhecido como activo se, e apenas se:

- i. For provável que futuros benefícios económicos associados ao item fluirão para a entidade; e
- ii. O custo do item puder ser mensurado fiavelmente.

Mensuração inicial dos activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo. Se o pagamento for diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro durante o período de crédito a não ser que esse juro seja reconhecido na quantia escriturada do item de acordo com o tratamento alternativo permitido na NCRF 27-Custo de Empréstimos Obtidos. O custo de um item do activo tangível compreende:

- i. O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- ii. Quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela RM, E.P.

O custo dos activos de construção própria inclui o custo dos materiais e do trabalho directo, e todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de executar o trabalho para o qual o mesmo se destina, e os custos de demolição e remoção dos itens e de restauração do sítio em que os mesmos estão localizados. O "software" adquirido que seja parte integrante e concorra para a funcionalidade do respectivo equipamento é capitalizado como parte do equipamento.

Nos casos em que partes de um item de propriedade, instalações e equipamento tiverem tempos de vida útil diferentes, os mesmos são contabilizados como itens de propriedade, instalações e equipamento separados.

Mensuração subsequente dos activos tangíveis

Os custos de substituir parte de um item de propriedade, instalações e equipamento são reconhecidos no valor contabilístico do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados em parte desse item fluirão para a empresa e o seu custo puder ser medido de forma fiável. Os custos diários com a prestação de serviços de manutenção de activos tangíveis são reconhecidos na demonstração de resultados conforme forem incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os activos tangíveis são mensurados ao custo, com a excepção dos activos directamente relacionados com a actividade principal da empresa e edifícios que são revalorizados.

Depreciações

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo de aquisição, pelo método das quotas constantes a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão, durante a vida útil estimada de cada activo.

As vidas úteis dos principais activos tangíveis constam da tabela abaixo:

Item

Vida útil (anos)



Edifícios	50
Viaturas	5 – 8
Outros equipamentos de radiofusão	5 – 10
Mobiliário de escritório	7 – 8
Equipamento informático e software	3

Os activos em locação financeira são amortizados durante a sua vida útil na mesma base que outros activos pertencentes a Empresa ou durante a duração do contrato de locação caso seja mais curta.

O valor residual dos activos fixos tangíveis é a quantia estimada que se obterá correntemente pela sua alienação, após dedução dos custos estimados de alienação, se o activo já tivesse a idade e as condições esperadas no final da sua vida útil.

A estimativa das vidas úteis, o método de amortização e os valores residuais são revistos anualmente.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados.

Modelo de Revalorização

A Rádio Moçambique, EP. aplica o modelo de revalorização para as seguintes categorias de activos tangíveis:

- Edifícios;
- Viaturas.

Após o reconhecimento como um activo estes itens são escriturados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações são feitas regularmente para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente do justo valor.

Se a quantia escriturada de um activo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é creditado directamente no capital próprio como excedente de revalorização. Contudo, o aumento deve ser reconhecido na demonstração de resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo previamente reconhecido na demonstração de resultados. Se a quantia escriturada de um activo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida na demonstração de resultados. Contudo, a diminuição deve ser debitada directamente na conta de excedente de revalorização no capital próprio até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse activo.

Sempre que se optar pelo modelo de revalorização, os activos duma determinada categoria devem ser revalorizados todos eles. As revalorizações selectivas não são permitidas.

5.9 Activos tangíveis de investimento

Activos tangíveis de investimento é a propriedade detida (pelo proprietário ou pelo locatário numa locação financeira) para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades Rádio Moçambique, EP. administrativas, ou venda no curso ordinário do negócio.

Os activos tangíveis de investimento são reconhecidas como um activo quando, e apenas quando:

- For provável que os futuros benefícios económicos que estejam associados à propriedade de investimento fluirão para a empresa; e
- O custo do activo tangível de investimento possa ser mensurado fiavelmente.

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Notas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em Meticais)



Os activos tangíveis de investimento são mensurados inicialmente pelo seu custo. Os custos de transacção são incluídos na mensuração inicial.

Para o caso dos edifícios com múltiplas utilizações a classificação como propriedade de investimento ou como activo fixo tangível depende da proporção do espaço destinado para o uso próprio e para o arrendamento. Se o espaço destinado para o uso próprio for insignificante, o edifício é classificado como propriedade de investimento, caso contrário é classificado activo fixo tangível. Nos casos em que for possível separar e vender as partes do edifício em uso próprio independentemente das partes em aluguer, recomenda-se classificar tais partes como activos fixos tangíveis e propriedades de investimento separadamente.

A classificação de um activo como activo tangível de investimento ou como activo fixo tangível é revista todos os anos e caso tenha se verificado uma alteração o item é reclassificado.

Para a mensuração subsequente das propriedades de investimento a Rádio MOÇAMBIQUE E.P aplica o modelo do justo valor e as alterações no justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados do exercício em que ocorrerem.

5.10 Activos intangíveis

Reconhecimento inicial

Os activos intangíveis são reconhecidos se e apenas se:

- i. É capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, activo ou passivo relacionado;
- ii. Resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações;
- iii. For provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo intangível fluam para a empresa;
- iv. O custo do activo intangível possa ser fiavelmente mensurado.

Mensuração inicial

Um activo intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo de um activo intangível adquirido separadamente compreende:

- i. O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- ii. Qualquer custo directamente atribuível de preparação do activo intangível para o seu uso pretendido.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial os activos intangíveis são escriturados pelo seu custo menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados como requerido pela gestão. As taxas de amortização variam conforme a expectativa de uso do activo intangível.

5.11 Instrumentos financeiros



Os instrumentos financeiros compreendem os investimentos em capitais próprios, clientes e outros devedores, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e fornecedores e outros credores.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, mas, no caso dos instrumentos financeiros que não seja pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, os custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição.

Um instrumento financeiro é reconhecido se a empresa se tornar uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os activos financeiros deixam de ser reconhecidos se os direitos contratuais da empresa aos fluxos de caixa do activo financeiro expirarem ou se a empresa transferir o activo financeiro para uma outra parte sem reter o controlo ou, substancialmente, todos os riscos e prémios do activo. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos se as obrigações da empresa especificadas no contrato expirarem ou forem revogadas ou canceladas.

A seguir ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juro efectiva, deduzido das perdas por imparidade.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mantidos pelo custo e testados anualmente para imparidade e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, deduzido dos custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registada na demonstração de resultados.

Clientes e contas a receber

Os clientes e contas a receber são registadas pelo seu custo. Na data de cada balanço, este montante é deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros decorrentes da actividade operacional não vencem juros.

Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar decorrentes da actividade operacional são registadas pelo seu custo.

Caixa e equivalentes de caixa



Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, no balanço.

6. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Não existem mudanças nas políticas contabilísticas que tenham qualquer efeito nos valores comparativos, no entanto, os comparativos foram reexpressos por conta de diversos ajustamentos relativos ao período anterior, conforme detalhado na nota 31.

A Empresa prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as PGC-NIRF, cuja aplicação, muitas vezes, requer que a Administração efectue julgamentos quando formula a posição financeira e resultados da Empresa. Os julgamentos, incluindo os que envolvem estimativas, efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa são desenvolvidos abaixo. A Administração considera que estes julgamentos têm um efeito material sobre as demonstrações financeiras anuais.

A determinação de estimativas requer o exercício de julgamento com base nos vários pressupostos e outros factores como a experiência histórica, as condições económicas correntes e esperadas. Embora as estimativas sejam baseadas no melhor conhecimento da Administração sobre eventos correntes e das acções que poderá tomar no futuro, os resultados reais poderão ser diferentes dessas estimativas.

As estimativas contabilísticas bem como os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua.

A discussão abaixo deverá ser também lida em conjunto com a divulgação das principais políticas contabilísticas da Empresa, apresentadas no presente relatório.

7. Continuidade de operações

Em 31 de Dezembro de 2024 capitais próprios negativos de 990.3 milhões de Meticaís (1 061 milhões de Meticaís negativos em 2021). Esta condição pode resultar em uma incerteza material que pode lançar dúvidas sobre a capacidade da empresa de continuar operando, caso não seja capaz de aumentar o seu capital social e reestruturar as suas operações. No entanto, as operações foram preparadas no princípio contabilístico de continuidade.

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Notas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em Meticais)



8. Activos tangíveis

	Edifícios	Equipamento básico	Mobil. e Equipamento administrativo	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Ouros activos tangíveis	Investimentos em curso	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Custo								
1 de Janeiro de 2024	580,478,896	615,599,571	241,628,752	150,860,061	6,319,508	1,754,310	-	1,596,641,098
Aquisições	6,441,065	1,542,218	15,741,118	1,293,103	-	-	4,708,950	29,726,454
31 de Dezembro de 2024	586,919,961	617,141,789	257,369,870	152,153,164	6,319,508	1,754,310	4,708,950	1,626,367,552
Amortizações								
1 de Janeiro de 2024	245,202,055	586,837,922	219,733,865	105,154,505	6,236,111	1,754,209	-	1,164,918,667
Custo do exercício	18,414,269	5,518,301	8,640,056	14,459,341	43,437	-	-	47,075,404
31 de Dezembro de 2024	263,616,324	592,356,223	228,373,921	119,613,846	6,279,548	1,754,209	-	1,211,994,071
Imobilizado líquido								
1 de Janeiro de 2024	335,276,841	28,761,649	21,894,887	45,705,556	83,397	101	-	431,722,431
31 de Dezembro de 2024	323,303,637	24,785,566	28,995,949	32,539,318	39,960	101	4,708,950	414,373,481

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P
Notas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
 (Valores expressos em Meticals)



9. Activos intangíveis

	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Total
	MZN	MZN	MZN
Custo			
1 de Janeiro de 2024	609,889	5,008,672	5,618,561
Aquisições	-	-	-
31 de Dezembro de 2024	609,889	5,008,672	5,618,561
Amortizações			
1 de Janeiro de 2024	167,681	4,725,835	4,893,516
Custo do exercício	27,073	201,802	228,875
31 de Dezembro de 2024	194,754	4,927,637	5,122,391
Imobilizado líquido			
1 de Janeiro de 2024	442,208	282,837	725,045
31 de Dezembro de 2024	415,135	81,035	496,170

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P
Notas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024
 (Valores expressos em Meticais)



10. Investimento financeiro

	2024	2023
Investimento financeiro	600,000	600,000
	<u>600,000</u>	<u>600,000</u>

O investimento financeiro corresponde a 33% das acções detidas na Empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão, SA (TMT). Este investimento está reconhecido ao custo.

11. Clientes

	2024	2023
Clientes conta corrente	97,501,168	99,384,716
Perdas por imparidade	(73,854,371)	(73,556,746)
	<u>23,646,797</u>	<u>25,827,970</u>
Movimento da imparidade		
Saldo inicial	(73,556,746)	(67,892,333)
Reforço	(7,339,283)	(5,664,413)
Utilização por writte off	7,041,658	-
Saldo final	<u>(73,854,371)</u>	<u>(73,556,746)</u>

A imparidades das contas a receber são avaliadas numa base anual pela gestão com vista a fazer face ao risco de irrecuperabilidade de saldos de clientes devido a sua antiguidade e/ou outras razões que podem afectar a recuperabilidade dos mesmos.

12. Outros activos financeiros

	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	-	79,604
Outros devedores	1,583,016	195,310
Garantias de clientes	-	230,490
	<u>1,583,016</u>	<u>505,404</u>

13. Outros activos correntes

	2024	2023
Pagamento especial por conta	834,486	734,486
Acréscimos de rendimento (i)	54,622,037	47,584,954
Gastos diferidos	356,285	3,517,574
	<u>55,812,808</u>	<u>51,837,014</u>

(i) Os acréscimos de rendimento correspondem a receita de taxa de rádio difusão cobrada pela EDM nos meses de Novembro e Dezembro de 2024 cuja entrada nos cofres da Rádio Moçambique ocorreu em 2025.

14. Caixa e equivalentes de caixa

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P**Notas às Demonstrações Financeiras**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em Meticaís)



	2024	2023
Numerário	291,974	585,335
Depósitos a Ordem	145,798,166	82,746,700
Depósitos a Prazo	1,380,000	880,000
	147,470,140	84,212,035

O saldo de Bancos inclui dois depósitos a prazo no BCI nos montantes de MZN 400,000 e MZN 100,000 e dois no Millennium BIM no montante de MZN 850 000, que vencem em 19/03/2025, 19/03/2025, 01/04/2026 e 09/09/2025 a taxa de juros de 1.95%, 1.95%, 4.25% e 2.25% ao ano, respectivamente.

15. Capital próprio

	2024	2023
Capital social	121,999,382	121,999,382
Prestações suplementares	94,476,052	-
Reservas	217,576,522	208,723,723
Resultados acumulados	(1,194,870,777)	(1,320,693,473)
Resultado líquido do exercício	(1,089,570,018)	174,129,791
	(1,850,388,839)	(815,840,577)

O capital social corresponde ao fundo de constituição e encontra-se realizado pelos valores que integram o património, sendo integralmente detido pelo estado.

As reservas foram constituídas para investimento na empresa e não são distribuíveis.

16. Provisões

As provisões correspondem ao fundo de pensões e férias por gozar da Rádio Moçambique e encontram-se detalhadas abaixo:

	2024	2023
Curto Prazo	394,857,971	183,330,524
Longo Prazo	1,634,461,976	759,548,001
	2,029,319,947	942,878,525
Saldo inicial	942,878,525	1,152,387,405
Reforço	1 242 339 231	1,699
Reversão	1,139,579	(38,973,458)
Utilização	(157,037,388)	(170,537,121)
Saldo final	2,029,319,947	942,878,525
Decomposição do fundo de pensões:		
Responsabilidades passadas (i)	394,857,971	479,711,875
Responsabilidades vitalícias constantes (ii)	1,634,461,976	463,166,650
Provisões para férias		-
	2,029,319,947	942,878,525



(i) Refere-se à responsabilidade futura que a Rádio tem para com os beneficiários do sistema de pensões por velhice, pensão de invalidez e pensões de sobrevivência que abrange 44 funcionários no activo vinculados no aparelho do Estado e 240 funcionários reformados.

(ii) Corresponde a responsabilidade futura que a Rádio tem para com os beneficiários do sistema de pensões por velhice, pensão de invalidez e pensões de sobrevivência que abrange 185 pensionistas de subsídio de sobrevivência.

A responsabilidade líquida corresponde ao valor actual estimado dos benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e passados. O valor do fundo de pensões foi determinado pela Seguradora Internacional de Moçambique e a sua actualização é feita a cada 5 anos. Durante o exercício não foi efectuada nenhuma avaliação.

17. Fornecedores

	2024	2023
TMcel	17,652,939	34,716,323
Electricidade de Moçambique	210,633,676	230,287,696
Outros fornecedores	703	2,301,515
	<u>228,990,485</u>	<u>267,305,534</u>

18. Outros passivos financeiros

	2024	2023
Credores trabalhadores	1,939,648	1,929,921
Credores diversos	-	82,413
	<u>1,939,648</u>	<u>2,012,334</u>

19. Impostos a pagar

	2024	2023
Impostos retidos na fonte	194,926,181	136,992,082
Contribuições para INSS	57,903	-
Imposto pessoal autárquico	2,915	2,915
IVA a pagar	130,210	114,061
	<u>195,117,209</u>	<u>137,109,058</u>

O imposto retido na fonte inclui as retenções na fonte sobre os salários processados em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 que não estão a ser liquidados devido aos problemas de tesouraria, tendo a empresa negociado com as autoridades fiscais moçambicanas para liquidar parcialmente.

20. Outras contas a pagar

	2024	2023
Adiantamento de clientes	-	5,798,318
Acréscimos de gastos	1,453,870	889,772
Outros credores	19,765,155	19,446,709
Salários a pagar	17,784,937	32,904,890
Rendimentos diferidos	-	-
	<u>39,003,962</u>	<u>59 039 689</u>

21. Venda de bens e prestação de serviços

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P**Notas às Demonstrações Financeiras**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em Meticais)



	2024	2023
Anúncios e publicidade	68,629,101	65,208,319
Programas	38,583,485	32,975,154
Gravações	3,936,692	6,253,121
Amplificações sonoras	423,371	147,586
Outros proveitos	3,190,882	4,190,198
	114,763,531	108,774,378
Descontos e abatimentos	(2,931,890)	(2,545,966)
	111,831,641	106,228,412

22. Custos com o pessoal

	2024	2023
Remunerações dos trabalhadores	518,871,152	479,034,352
Ajudas de custos	35,437,515	22,194,872
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	13,517	2,508
Encargos com remunerações	19,324,641	17,192,618
Outros gastos com o pessoal	56,544,863	31,101,878
	630,191,688	549,526,228

23. Fornecimentos e serviços de terceiros

	2024	2023
Água e electricidade	34,995,234	33,023,035
Artigos para oferta	1,720,164	1,761,494
Combustíveis e lubrificantes	22,272,972	20,666,615
Comissões a intermediários	46,492,933	44,169,950
Comunicações	27,655,365	24,705,689
Contecioso e notariado	26,143	161,827
Deslocações e estadias	8,440,428	7,763,269
Despesas de representação	249,450	245,094
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1,538,893	1,931,713
Honorários	10,229,640	8,788,889
Limpeza, higiene e conforto	882,099	984,670
Manutenção e reparação	7,673,501	4,438,236
Material de escritório	7,105,906	4,362,208
Material de manutenção e reparação	4,333,030	8,612,641
Outros fornecimentos e serviços	15,389,733	13,037,511
Publicidade e propaganda	284,964	293,178
Rendas e alugueres	4,343,109	4,935,073
Royalties	480,000	480,000
Seguros	1,643,130	2,338,628
Trabalhos especializados	8,611,770	3,750,524
Transporte de carga	490,490	1,985,906
Transporte de pessoal	310,084	822,992
	205,169,038	189,259,142

24. Outros ganhos e perdas operacionais

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P**Notas às Demonstrações Financeiras**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em Meticais)



	2024	2023
<i>Rendimentos</i>		
Subsídios para o funcionamento	356,894,560	381,894,560
Subsídios para o investimento	-	30,598,214
Subsídios para eleições	89,806,721	36,100,000
Taxas de rádio difusão finanças (i)	410,432,227	338,524,909
Taxas de rádio difusão vinhetas	50,214,379	50,684,122
Donativos	33,194,635	21,080,900
Comparticipação de frequência	1,392,600	2,838,880
Serviços sociais	1,209,065	1,793,054
Ganhos em investimentos de capital	166,628	-
Aluguer de equipamento	41,819	209,278
Outros ganhos	2,268,763	15,323,619
	945,621,397	879,047,536
<i>Perdas</i>		
Impostos e taxas	(10,150,475)	(6,373,303)
Outras perdas operacionais	(2,524,399)	(6,683,228)
Donativos ao estado	-	-
	(12,674,874)	(13,056,531)
	932,946,523	865,991,005

(i) Do valor total de taxa de rádio difusão finanças, 410,432,227 Meticais ((2023: 338,524,909 Meticais) foram cobrados através da Empresa Electricidade de Moçambique – E.P (EDM) no momento de cobrança do consumo de energia.

25. Rendimentos financeiros

	2024	2023
Diferenças cambiais realizadas favoráveis	1,087	15,769
Juros de depósito a prazo	46,773	-
Outros rendimentos financeiros	-	50,609
	47,860	66,378

26. Gastos financeiros

	2024	2023
Outros juros	-	237,561
Diferenças cambiais realizadas desfavoráveis	45,566	5,926
Outros gastos financeiros	2,073,128	1,138,882
	2,118,694	1,382,369

**27. Imposto sobre o rendimento**

	2024	2023
Resultados antes de imposto	(1,089,570,018)	177,055,127
Variações patrimoniais positivas não reflectidas no resultado	229,151,545	-
<u>Temporárias</u>		
Provisões de clientes acima dos limites fiscais	-	-
Reintegrações e amortizações não aceites fiscalmente	-	3,333,838
Diferenças de câmbio não realizadas	16,489	-
<u>Permanentes</u>		
Ajudas de custos (50%)	-	11,065,636
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros (50%)	9,956,314	13,350,748
Despesas não devidamente documentadas	9,243,703	3,241,250
Despesas de representação (80%)	199,560	196,075
Impostos e encargos de responsabilidade de outrém	500,799	-
Multas e penalidades	4,489	302,844
Donativos não previstos ou além dos limites legais	1,720,164	1,761,494
Diferenças de câmbios não realizadas	(1,087)	-
Lucro / (Prejuízo) fiscal	(838,778,040)	210,307,012
Prejuízos fiscais acumulados no início do período	(4,972,324,331)	(5,182,631,343)
Prejuízos fiscais acumulados no fim do período	(5,811,102,371)	(4,972,324,331)

As despesas não devidamente documentadas estão sujeitas a tributação autónoma a taxa de 35%, equivalente a MZN 3.235.296,05, independentemente do resultado do exercício, este valor deve ser entregue aos cofres do Estado até ao dia 31 de Maio de 2025.

As autoridades fiscais não confirmaram a aceitação dos processos de contas, cuja avaliação esteja à sua responsabilidade. Os referidos processos permanecem em aberto e estão sujeitos a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é da opinião que não irão resultar ajustamentos ou multas significativas no que respeita aos anos em aberto, caso os mesmos sejam sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

28. Gestão de risco, objectivos e políticas

A exposição aos riscos da moeda, crédito, liquidez e taxa de juro resulta no decurso normal do negócio da empresa. Os riscos da empresa são continuamente monitorados. Os instrumentos financeiros apresentados no balanço incluem os recursos de caixa, clientes, fornecedores e investimentos.

Nesta nota é dada informação a respeito da exposição da empresa a cada um dos riscos acima mencionados, dos objectivos da empresa, políticas e processos para medir e gerir o risco e do processo mediante o qual a Empresa realiza a gestão do seu capital.

O Conselho de Administração é inteiramente responsável por estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco da Empresa.

As políticas de gestão de risco da empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controlo de risco adequados e para controlar os riscos e a adesão aos limites. As políticas e sistemas de gestão de



riscos são revistos periodicamente, por forma a reflectir as mudanças nas condições do mercado e nas actividades da empresa. A Empresa através da sua formação e das normas e procedimentos de gestão, procura desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual os empregados compreendam as suas funções e obrigações.

O Conselho Fiscal da Empresa supervisiona como a gerência monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco da Empresa e analisa a adequação da estrutura de gestão de risco, em relação aos riscos enfrentados pela Empresa. O Conselho Fiscal da Empresa é assistido, no seu papel de supervisão, pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna leva a efeito as revisões periódicas e as revisões ad hoc dos controles e procedimentos de gestão de risco e comunica os resultados ao Conselho Fiscal.

29.1 Risco de Mercado

O risco do mercado é o risco das alterações no mercado, tais como alterações na taxa de câmbio e de juros afectarem as receitas da empresa ou os valores dos seus instrumentos financeiros. O objectivo da gestão de risco é gerir e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo optimizando o retorno sobre o risco.

29.2 Gestão do risco de capital

A estrutura do capital da Empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A Empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado como a relação entre a dívida líquida e o capital próprio ajustado.

	2024	2023
Passivos totais	1 252 032 020	1,408,265,535
Caixa e equivalentes de caixa	147 470 140	84,212,035
Dívida líquida	1 399 502 160	1,324,053,500
Capitais próprios	(608 049 608)	(815,840,577)
Rácio de alavancagem	-43.44%	-61.62%

29.3 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro que irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da Empresa face ao risco da taxa de juro prende-se aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política da Rádio Moçambique E.P. passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

A gestão não divulgou os feitos que as alterações das taxas de juro teriam sobre as suas demonstrações financeiras por considerar o seu efeito imaterial sobre as contas.

29.4 Risco de taxa de câmbio

A Empresa incorre em riscos, como resultado da aquisição de bens e serviços, da cobrança de taxas e da contratação de empréstimos em moeda estrangeira. As moedas em que a empresa transacciona e que dão origem ao risco cambial são o Dólar norte-americano e o Rand sul-africano. Sempre que possível a Empresa procura atenuar o efeito do risco cambial contratando empréstimos em Meticais. Na data do balanço o efeito das alterações nas taxas de câmbio não tem efeitos materiais sobre as contas.



As taxas de câmbio utilizadas para a conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira no final do ano foram as seguintes:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
USD	63.91	63.91

**29.5 Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco da Rádio Moçambique E.P. incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. As avaliações de carteira de crédito são realizadas periodicamente com a intenção de identificar e resolver potenciais riscos de cobrança. A Administração está a tratar esta área como uma área de foco prioritária devido ao seu impacto nos fluxos de caixa da empresa. A máxima exposição ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico de cada activo financeiro no balanço.

A exposição máxima da Empresa ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2024 está detalhada abaixo:

	2024	2023
Cientes	23,646,797	22,902,634
Outros activos financeiros	1,583,016	425,799
Outros activos correntes	55,812,808	51,837,014
	81,042,621	75,165,447

29.6 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Empresa não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e efluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo da empresa é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, locações financeiras, e as receitas. Em 31 de Dezembro a entidade encontrava-se exposta as seguintes obrigações:

2024	Até 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Provisões	404,938,898	1,595,155,144	29,225,905	2,029,319,947
Fornecedores	228,990,485	-	-	228,990,485
Outros passivos financeiros	1,939,648	-	-	1,939,648
Impostos a pagar	195,117,209	-	-	195,117,209
Outras contas a pagar	39,003,962	-	-	39,003,962
	869,990,202	1,595,155,144	29,225,905	2,494,371,251
2023	Até 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Provisões	183,330,524	733,322,096	26,225,905	942,878,525
Fornecedores	267,305,534	-	-	267,305,534
Outros passivos financeiros	1,932,729	-	-	1,932,729
Outras contas a pagar	59,039,689	-	-	59,039,689
	511,608,476	733,322,096	26,225,905	1,271,156,477



29. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

30.1 Processos judiciais

Não existem processos judiciais pendentes.

30.2 Compromisso de investimentos de capital

Não existem compromissos de investimentos de capital na data do balanço.

29.3 Impostos

Devido ao problema de tesouraria que empresa enfrenta há mais de quatro anos desde que o governo reduziu o valor do subsídio à exploração, foi autorizado pelas Autoridades Fiscais em Março de 2021 a amortização da dívida acumulada de IRPS no valor de 77,888,909 Meticais em 60 prestações mensais.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer factos ou eventos subsequentes a esta data que influenciem a adequada leitura e interpretação destas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2024